

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Verde Ambiental Alagoas S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado e possui como acionistas a CYMI Saneamento e Participações S.A. e Aviva Ambiental S.A., foi constituída em 14 de janeiro de 2022 e está domiciliada em União dos Palmares – AL. A Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração da concessão de serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, nos municípios que compõem o Bloco C – Zona da Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas.

Em 8 de março de 2022 a Companhia assinou contrato de concessão de projeto de infraestrutura em serviços públicos no setor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em atendimento a concorrência pública nº 002/2021 do bloco C que compõe os municípios da Zona de Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas com prazo de concessão de 35 anos, assumindo a operação a partir de 1 de outubro de 2022. As informações sobre as operações da Companhia são apresentadas na Nota 2.4.

Devido ao início de operação e os investimentos iniciais necessários, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo, com confirmação dos acionistas de prover aporte financeiro necessário para que a Companhia mantenha sua atividade operacional.

1.1. Impactos do COVID-19

Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial.

Em 22 de abril de 2022 o Ministério da Saúde declarou fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19. O Ministério da Saúde considerou a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS), a melhora no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação. As atividades da Companhia não foram materialmente afetadas pela pandemia.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas informações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2023.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo e passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Mensuração do valor justo

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Contas a receber e Receita de contrato com cliente

A Companhia está no ramo de saneamento através da prestação de serviço de captação, tratamento e distribuição de água e gestão de coleta e tratamento de esgoto em atendimento aos 27 municípios do Bloco C. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o serviço é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse serviço.

Serviço de captação, tratamento e distribuição de água

A receita de serviço de captação, tratamento e distribuição de água é reconhecida quando se registra o consumo do cliente em intervalos de aproximadamente 30 dias de acordo com calendário e ciclos de leitura do hidrômetro instalado na localidade física indicada pelo cliente. O prazo normal de crédito é de 10 dias após a emissão e entrega da fatura ao cliente.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber e Receita de contrato com cliente--Continuação

Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no medidor ou impedimento de acesso ao mesmo, à apuração do volume consumido observará, na ordem, os seguintes critérios:

- Média aritmética dos consumos faturados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias com medição normal.
- Caso ocorra impedimento de leitura para apuração do volume consumido em período superior a 180 (cento e oitenta) dias a média a ser utilizada será a última conhecida; e
- Volume equivalente ao consumo mínimo.

Serviço de gestão de coleta e tratamento de esgoto

A receita de coleta e tratamento de esgoto, se dá a partir da disponibilidade para o cliente de rede coletora de esgoto com separador absoluto ou rede mista, onde o faturamento representa 80% sob o valor faturado de água consumido pelo cliente.

Serviços complementares

A Companhia presta os serviços complementares que são executados e cobrados separadamente, mediante solicitação do cliente. São registrados no momento da emissão da fatura após o serviço ter sido efetivamente realizado e transferido ao cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito a receber.

Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é reconhecido pela obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida de um cliente antecipadamente. Os passivos de reembolso da Companhia podem dar origem ao direito de compensações e abatimentos.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber e receita de contrato com cliente--Continuação

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras), sendo reconhecida da seguinte forma:

- I. Em relação aos quais tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário;
- II. Sem garantia, de valor:
 - a) até R\$ 15.000, por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
 - b) acima de R\$ 15.000 até R\$ 100.000, por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e
 - c) superior a R\$ 100.000, vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento.
- III. Com garantia, vencidos há mais de dois anos, de valor:
 - a) até R\$ 50.000, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias; e
 - b) superior a R\$ 50.000, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias.
- IV. Contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar, observado o disposto no § 5o.”
- V. Os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios dotados no item anterior.

Reconhecimento de receitas - Estimativa da contraprestação por competência

A Companhia desenvolveu um modelo para estimar a previsão de receita consumida e não faturada dentro da competência, de forma que considera o cálculo pro rata por dia de consumo através do ciclo de faturamento do mês seguinte a fim de estimar o reconhecimento da receita a faturar.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Veículos: 4 anos
- Equipamentos de informática: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 10 anos
- Móveis e utensílios: 10 anos

A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos. resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Projetos e obras em andamentos

Os gastos na construção de novos sistemas são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Projetos e obras em andamentos--Continuação

- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

2.7.	Projetos e obras de ampliações nos sistemas	Software	Sistemas de abastecimentos de água	Sistema de coleta de esgoto	Contrato de Concessão
Vida útil	Indefinida	Definida (35 anos)	Definida (35 anos)	Definida (35 anos)	Definida (35 anos)
Método de amortização utilizado	Não amortizada	Amortização linear ao longo do prazo do contrato de concessão	Amortização linear ao longo do prazo do contrato de concessão	Amortização linear ao longo do prazo do contrato de concessão	Amortização linear ao longo do prazo do contrato de concessão
Gerados internamente ou adquiridos	Gerados internamente	Adquiridos	Gerados internamente	Gerados internamente	Adquiridos

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira.

Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – diferidos--Continuação

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – diferidos--Continuação

(i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.9. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Arrendamentos

A companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Aluguel de imóveis 3 a 5 anos;
- Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 3 anos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.11. Estoques

O estoque de produtos está distribuído por polos e são constituídos principalmente por materiais para uso e consumo em manutenção, consertos e investimentos nos sistemas de água e esgoto operados pela Companhia. São avaliados ao custo médio ou valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Imobilizado - Nota 2.5
- Intangível - Nota 2.6

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações

3.1. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022 Normas emitidas e vigentes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretoria da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2022, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato--Continuação

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2022.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade média das aplicações financeiras era de até 103% do CDI.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2022</u>
Numerários em trânsito	237
Bancos conta movimento	1.556
Aplicações financeiras	21.342
	<u>23.135</u>

5. Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>
Clientes de abastecimento de água	4.715
Clientes e coleta de esgoto	755
Contas a receber a faturar	2.654
Outros contas a receber	94
	<u>8.218</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldo do contas a receber era:

	<u>31/12/2022</u>
Composição por idade de vencimento	
A vencer	4.490
Vencidos	
Até 30 dias	2.702
De 31 a 60 dias	821
De 61 a 90 dias	205
Acima de 90 dias	-
	<u>8.218</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Estoques

	<u>31/12/2022</u>
Polo União dos Palmares	2.385
Polo Taucarana	219
Polo Japaratinga	156
	<u>2.760</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o estoque apresentou os saldos de materiais para uso e consumo aplicados na manutenção, conserto e investimentos nos sistemas de água e esgotamento sanitário operados pela Companhia. Estão avaliados ao custo médio ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

7. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar	289
Ass./anuidades a apropriar	7
Licenças de software	55
	<u>351</u>

8. Tributos diferidos

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo diferido			
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	8.252	8.252
Total não circulante	-	8.252	8.252

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em 10 anos.

9. Imobilizado

	<u>31/12/2022</u>
Custo	10.304
Depreciação acumulada	(658)
Total	<u>9.646</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Subgrupo	Taxa de depreciação	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	31/12/2022
Veículos	25%	-	6.170	(461)	5.709
Equipamentos de informática	20%	-	1.168	(95)	1.073
Moveis e utensílios	10%	-	1.165	(58)	1.107
Máquinas e equipamentos	10%	-	1.305	(43)	1.262
Benfeitoria imóveis de terceiros	4%	-	496	(1)	495
Total imobilizado		-	10.304	(658)	9.646

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil dos principais ativos é apresentada pelas taxas médias destacadas no quadro acima demonstrado.

10. Intangível

	31/12/2022
Custo	444.697
Amortização acumulada	(12)
Total	444.685

Subgrupo	Taxa de amortização	Saldo inicial	Adições	Amortização	31/12/2022
Sistemas de abastecimento de água (i)	4%	-	768	(6)	762
Sistemas de coleta de esgoto (i)	4%	-	54	-	54
Software	4%	-	424	(5)	419
Marcas e patentes	4%	-	6	-	6
Contrato de concessão (ii)	4%	-	443.445	-	443.445
Total intangível		-	444.697	(11)	444.685

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

- (i) Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos em poços, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição de água, estações elevatórias, redes de coletas de esgoto e estações de tratamento de esgoto distribuídas entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia.
- (ii) Saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto principalmente por R\$ 430.000 referente a pagamento de outorga do bloco C da concorrência pública nº 002/2021, mas R\$13.000 distribuídos entre custos com estudo técnico e capitalização dos juros com empréstimos durante o período pré-operacionais.

A amortização é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada do ativo. A vida útil das licenças é apresentada pela taxa médias destacada no quadro acima demonstrado.

11. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	1.910
Fornecedores - provisão	<u>1.462</u>
	<u>3.372</u>

Os fornecedores nacionais não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 30 dias.

12. Empréstimos e debêntures

a) Composição

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2022</u>
Citibank (*)	USD	24/02/2023	CDI + 0,95%	210.807
Debêntures	BRL	10/01/2024	CDI + 0,99%	253.703
(-) Custo de captação				(248)
Total de empréstimos e debêntures				<u>464.262</u>
Circulante				210.807
Não circulante				<u>253.455</u>
				<u>464.262</u>

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 20.1.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures--Continuação

Instituições financeiras	Saldo inicial	Adições	Juros	Variação cambial	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2022
Citibank	-	190.000	3.591	17.216	-	-	210.807
Debêntures	-	240.000	13.703	-	-	-	253.703
(-) Custo de captação	-	(248)	-	-	-	-	(248)
Total	-	429.752	17.294	17.216	-	-	464.262

Banco Citibank ()*

Em 19 de abril de 2022 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de financiamento sob amparo do Lei No 4131 com *swap* e data de vencimento em 24 de fevereiro de 2023. No dia do vencimento, a Companhia quitou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato, também sob a Lei n. 4131, com data de vencimento em 16 de fevereiro de 2024. Esse contrato não possui nenhuma cláusula restritiva (covenants) financeiras e não financeiras.

Debêntures

Com o objetivo de financiar os custos iniciais da concessão, em 10 de julho de 2022 a Companhia celebrou junto a Credit Agrícola um contrato de distribuição para a primeira emissão de debêntures de longo prazo com vencimento em 10 de janeiro de 2024, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante.

Essa primeira emissão de debêntures possui alguns covenants contratuais não financeiros que foram devidamente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos até a data de 31 de dezembro de 2022.

O custo de captação desses instrumentos financeiros gira em torno 109% do CDI.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2022
2023	210.807
2024	253.703
Total dívida	464.510
(-) Custo de transação a amortizar	(248)
Total dos empréstimos e financiamentos	464.262

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Arrendamento

Ativos de direito de uso

	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	-
Adição	5.209
Amortização	-
Saldo final	<u>5.209</u>

Passivo de arrendamento

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

<u>Natureza do arrendamento</u>	<u>Data da contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa a.a. (%)</u>	<u>Amortização mensal</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguel de veículos	01/09/2022	01/05/2024	1,13	154	3.074
Aluguel de imóveis	01/04/2022	18/01/2027	1,13	39	2.135
Total					<u>5.209</u>
Circulante					2.332
Não circulante					2.877

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado e a integralizar da Companhia é de R\$ 50.000, dividido em 50.000 ações ordinárias, nominativas e no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Companhia foi constituída em 14 de fevereiro de 2022 com subscrição inicial de 1, aprovada em Ata de Assembleia Geral de Constituição (AGC). Durante o exercício de 2022 ocorreu uma subscrição de capital no total de 49.999 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA) na data de 10 de fevereiro de 2022. Todas as subscrições foram divididas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	<u>%</u>	<u>31/12/2022</u>
Cymi Saneamento e Participações S.A.	90%	45.000
Aviva Ambiental S/A	10%	5.000
	100%	50.000

b) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, compensou os prejuízos acumulados no período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Sendo assim não houve distribuição de Lucro.

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude da compensação de prejuízos acumulados conforme artigo 189 da Lei 6.404/76.

15. Receita operacional líquida

A apresentação das receitas leva em consideração a política de reconhecimento de receitas estabelecida pela legislação fiscal, que não considera o conceito de transferência do controle estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro. Abaixo é demonstrada a conciliação dessas receitas com as receitas de contrato com cliente divulgadas nestas demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida--Continuação

	Receita de contrato com clientes			Total
	Abastecimento de água	Coleta de esgoto	Serviço complementares	
Receita bruta tributável	12.653	1.917	117	14.687
Cancelamentos e abatimentos	(691)	(101)	(5)	(797)
Receita líquida tributável	11.962	1.816	112	
Deduções das receitas	(937)	(142)	(9)	(1.088)
Receita líquida total	11.025	1.674	103	12.802

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Programa de Integração Social ("PIS") com alíquota de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sob alíquota de 7,6% e Taxa da Agência Reguladora de Serviço Público do Estado de Alagoas ("ARSAL"), sob alíquota de 0,5% do faturamento.

16. Custo do serviço prestado

	31/12/2022
Compra da água	(4.348)
Pessoal	(4.866)
Serviços profissionais	(1.063)
Materiais	(636)
Veículos	(399)
	(11.312)

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Despesas operacionais

	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(5.087)
Aluguel	(1.517)
Depreciação e amortização	(668)
Tributos, taxas e contribuições	(520)
Seguros	(413)
Viagens	(303)
Outras despesas	(833)
Total – Despesas Gerais e Administrativas	<u>(9.341)</u>
	<u>31/12/2022</u>
Serviços advocatícios	(167)
Assessoria e consultoria	(256)
Limpeza e conservação	(182)
Fretes e carretos	(262)
Informática	(115)
Outros serviços PJ	(347)
Recrutamento e seleção	(831)
Propaganda e publicidade	(491)
Outras despesas	(128)
Total – Serviço de terceiros	<u>(2.779)</u>

18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>
Rendimento de aplicação financeira, líquido	4.805
Outras receitas financeiras	71
Receita financeira	<u>4.876</u>
Tarifas bancárias	(299)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(9.169)
Variação cambial	(17.216)
Outras despesas financeiras	(91)
Despesa financeira	<u>(26.775)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(21.899)</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2022</u>
LAIR	<u>(32.529)</u>
(+) Adições – provisões indedutíveis	<u>8.260</u>
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	<u>(24.269)</u>
Imposto de renda diferido (25%)	6.068
Contribuição social diferida (9%)	<u>2.184</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.252</u>

A Diretoria, aprovou reconhecimento de ativos fiscais diferidos com base na projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$24.269 reconhecidos nas apurações fiscais e passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2022 dentro dos próximos 10 anos.

20. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

i) *Risco de crédito*

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.135

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	<u>Categoria</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(A)	23.135
Fornecedores	(B)	3.372
Empréstimos e debêntures	(A)	464.510

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

(B) Custo amortizado

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis.

Hierarquia de valor justo

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a depósitos bancários no montante de R\$23.135, em 31 de dezembro de 2022.

20.1 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme citado anteriormente, a companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição do Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes derivativos em aberto:

<u>Derivativo</u>	<u>Data da contratação</u>	<u>Data do vencimento</u>	<u>Valor de referência (national) – R\$</u>	<u>Valor justo ativo (R\$)</u>
Swap Citibank	23/02/2022	24/02/2023	212.052	12.354
			2.052	12.354

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados ao segmento saneamento básico. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada abaixo:

	Seguradora	Vigência		Garantia segurada	Prêmio
		Início	Final		
Responsabilidade civil	AIG Seguros	12/04/2022	12/04/2023	32.000	258
Garantia Contratual	Junto Seguros	07/03/2023	07/03/2024	87.881	88
Riscos operacionais	AIG Seguros	29/09/2022	29/09/2023	65.000	244
Veículos	Sura Seguros	04/02/2023	04/02/2024	1.080	171

22 Eventos subsequentes

STF – Relativização da coisa julgada

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Amortização do empréstimos - Citibank

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou o pagamento do empréstimo mantido junto ao Banco Citibank, no valor total de R\$216.197.

Segunda emissão de debêntures

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou 2º emissão de debêntures, no montante de R\$150.000, com vencimento em 15 de maio de 2024.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22 Eventos subsequentes--Continuação

Captação de empréstimo – Citibank.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia captou junto ao Banco Citibank, novo empréstimo na modalidade 4131 no montante de R\$ 220.000, com vencimento em 16 de fevereiro de 2024.

* * *

Dalmo Silva de Almeida
**Diretor Administrativo e
Financeiro**

Leandro Fonseca de Souza
**Contador Responsável
CRC 034406/O-3**